





## MELHORAR A ESPÉCIE HUMANA DESDE A INFÂNCIA: EUGENIA E HIGIENE MENTAL NO BRASIL E EM PORTUGAL (PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX)

**Improving the human species from childhood: eugenics and mental hygiene  
in Brazil and Portugal (first half of the 20th century)**

Maria Julieta **WEBER**  
Departamento de Educação  
Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Ponta Grossa, Brasil  
[mjbaweber@uepg.br](mailto:mjbaweber@uepg.br)  
<https://orcid.org/0000-0001-6172-8597> 

Patrícia Ferraz de **MATOS**  
Instituto de Ciências Sociais  
Universidade de Lisboa  
Lisboa, Portugal  
[patricia\\_matos@ics.ulisboa.pt](mailto:patricia_matos@ics.ulisboa.pt)  
<https://orcid.org/0000-0001-7322-3756> 

Mais informações da obra no final do artigo 

### RESUMO

Este artigo contribui para o estudo da eugenia e da higiene mental tendo como foco o contexto infantil na família, escola e instituições, no Brasil e em Portugal, na primeira metade do século XX. Partindo da análise sobretudo de fontes documentais, publicadas e não publicadas, as autoras buscaram propostas para o melhoramento da espécie humana desde a infância. No Brasil, foram encontradas várias intervenções de ordem intelectual e política, como aconteceu no Laboratório de Pedagogia Experimental da Escola Normal Secundária de São Paulo (1914) e na Clínica de Euphrenia (1932) no Distrito Federal, Rio de Janeiro. Em Portugal, constatou-se que as formulações do pensamento higiênico e eugénico foram influentes na atuação de várias instituições de acolhimento, como aconteceu na Tutoria de Infância do Porto. As propostas presentes nas fontes analisadas, sobretudo produzidas por figuras ligadas ao poder – médicos, educadores, legisladores e políticos – permitiram identificar preocupações comuns com a saúde física e mental das crianças e, portanto, com a suposta regeneração nacional em ambos os países, mas denunciaram preconceitos sociais, que contribuíram para a disseminação de discriminações.

**PALAVRAS-CHAVE:** Eugenia. Criança. Família. Escola/Instituições. Preconceito.

### ABSTRACT

This article contributes to the study of eugenics and mental hygiene, focusing on the child context in the family, school and institutions, in Brazil and Portugal, in the first half of the twentieth century. Based on the analysis of mainly documentary sources, published and unpublished, the authors searched for proposals for the improvement of the human species since childhood. In Brazil, several intellectual and political interventions were found, as happened in the Laboratory of Experimental Pedagogy of Escola Normal Secundária de São Paulo (1914) and in the Clínica de Euphrenia (1932) in the Federal District, Rio de Janeiro. In Portugal, it was found that the formulations of hygienic and eugenic thinking were influential in the performance of several shelter institutions, as happened in the Tutoria de Infância in Porto. The proposals present in the analyzed sources, mainly produced by figures linked to power – doctors, educators, legislators and politicians – allowed to identify common concerns with the physical and mental health of children and, therefore, with the supposed national regeneration in both countries, but also denounced social prejudice, which contributed to the spread of discrimination.

**KEYWORDS:** Eugenics. Child. Family. School/Institutions. Prejudice.

## INTRODUÇÃO

Durante muito tempo, a eugenia foi entendida, por vários dos seus defensores, como um aperfeiçoamento da “raça” (MATOS, 2010a), não só no contexto europeu, mas também nas Américas e entre os povos colonizados. Ao partir do pressuposto de que alguns seres humanos são biologicamente diferentes e inferiores a outros e, por isso, precisam de ser melhorados, corrigidos ou eliminados, a eugenia contribuiu para promover várias discriminações de foro social, étnico, racial, religioso e cultural.

No Brasil, as ideias de hereditariedade e de degeneração estimularam a formulação de propostas de caráter eugénico e higiénico, com vista a concorrer para um novo projeto de sociedade e seu “melhoramento progressivo” (KEHL, 1932a, p. 22). O fomento aos princípios da nacionalidade brasileira no período republicano teve como força propulsora a produção e a divulgação de ideias sanitaristas. A criação do Departamento Nacional de Saúde Pública, em 1920, e do Ministério da Educação e Saúde Pública, em 1930, são exemplos representativos das ações empreendidas naquele contexto para as áreas da saúde e educação públicas.

Gilberto Hochman e Cristina Fonseca (1999) assinalam dois períodos que consideram fundamentais para o movimento sanitarista no Brasil. O primeiro, nos anos iniciais do século XX, e que correspondeu à gestão de Oswaldo Cruz, cuja ênfase alicerçava-se no saneamento urbano da cidade do Rio de Janeiro e no combate às epidemias da febre amarela, peste bubónica e varíola. E o segundo, nas décadas de 1910 e 1920, com enfoque para o saneamento e as endemias no meio rural, como a ancilostomíase ou “amarelão”, malária e a doença de Chagas. Foi um período crucial, portanto, para a propagação do pensamento higienista, em que a “higiene seria o instrumento central” para um projeto de sociedade que se embasava em princípios sanitaristas para a construção da nação, “pois viabilizava a remoção do atributo que o identificava e o desqualificava: a doença” (HOCHMAN; FONSECA, 1999, p. 76).

Entre as preocupações de ordem sanitária no Brasil, as altas taxas de mortalidade infantil estavam no centro dos debates que, em 1930, estimava-se em 168% (IBGE, 1999). E é também a partir do século XX que o lugar social da criança passa a estar organicamente atrelado às questões em torno da moral, da saúde e da higiene, tendo como mote de orientação fundamentos científicos, de forte cunho nacionalista.

No caso português, a circulação de ideias eugénicas e de aperfeiçoamento da espécie humana é anterior à fundação da Sociedade Portuguesa de Estudos Eugénicos, em 1937, como iremos demonstrar a partir da análise das formulações de médicos e

cientistas e das práticas que decorriam em instituições de acolhimento para crianças vulneráveis – ou consideradas como tendo um comportamento desviante, ou patologias graves, ou provenientes de meios socioeconômicos desfavorecidos.

De acordo com Chartier (2002), aperceber-se que o consumo cultural ou intelectual é também uma produção, possibilita compreender que todo o uso ou apropriação de um produto é revelador de como um indivíduo e/ou um grupo apropriam-se de intentos em específico e que, no presente artigo, diz respeito ao pensamento eugénico e higiénico. Protagonizadas por uma intelectualidade letrada, constituída sobretudo por médicos, políticos e educadores, tanto a eugenia como a higiene mental foram discutidas em diversos fóruns internacionais, no continente europeu e nas Américas.

A partir destas premissas, apresenta-se neste artigo um estudo sobre a forma como a ideia de aperfeiçoamento da “raça”, ou eugenia, contribuiu para discriminar crianças durante a primeira metade do século XX, tanto no Brasil, como em Portugal. Não ouvimos as histórias vividas pelas próprias crianças, nem fizemos observação direta e/ ou participante. Ou seja, as nossas fontes foram sobretudo provenientes da produção científica e intelectual do período analisado. Para tal, foram selecionadas fontes bibliográficas e documentais, publicadas e não publicadas, atinentes à produção e à circulação de ideias higiénicas e eugénicas sobre crianças em vários contextos – família, escola e instituições de acolhimento.

Para a primeira parte do artigo, dedicada ao contexto brasileiro, foram selecionadas como fontes o *Boletim de Eugénia* e os *Archivos Brasileiros de Higiene Mental*, sendo que alguns autores portugueses também contribuíram para estes periódicos editados no Brasil, o que reforça a existência de interesses comuns e a circulação de ideias durante o período analisado. Serão ainda abordados os temas da hereditariedade e da degeneração, sob as perspetivas intervencionistas do Laboratório de Pedagogia Experimental, em São Paulo, e da Clínica de Euphrenia, no Rio de Janeiro. Para ilustrar o contexto português, serão apresentadas algumas das principais propostas, elaboradas sobretudo por pessoas com formação em medicina, que vieram a influenciar a atuação e a intervenção em instituições de acolhimento para crianças. Uma dessas instituições foi a Tutoria de Infância do Porto, que, apesar de ter como primeiro objetivo acolher crianças, acumulou um papel importante ao nível da vigilância e da punição durante os seus primeiros anos de atuação. A partir da análise, constatamos que as propostas sobre os destinos a dar a grande parte das crianças (acolher, vigiar ou punir) foram amiúde influenciadas pelo contexto de então e por ideias

eugénicas que estavam imbuídas de preconceitos, sobretudo sociais, que existiam relativamente a essas crianças.

Acreditamos que, pelo menos, uma parte dessas produções intelectuais, políticas, científicas e institucionais, terá influenciado o consumo e a apropriação de ideias em ambientes familiares, escolares e formativos; e a sua sobreposição foi de tal forma, que tal poderá justificar, ainda que sob outras formas, a sua manifestação na atualidade e a repercussão de alguns preconceitos sociais, nomeadamente no que respeita à pobreza e ao desemprego, existentes ainda de forma evidenciada em vários grupos e comunidades racializadas, por exemplo, através de intolerância, violência e exclusão social.

### **CRIANÇA, FAMÍLIA E ESCOLA NO BOLETIM DE EUGENÍA E NOS ARCHIVOS BRASILEIROS DE HYGIENE MENTAL**

É necessário assinalar os diferenciados processos civilizatórios que remetem a reconfigurações de ordem familiar e escolar, pois as aceções de criança e infância, longe de serem sinónimas, constituem-se por diferenciadas construções sócio-históricas. Para Philippe Ariès (2014, p. 13), a busca pelo surgimento dessa distinção, pode ser imprecisa e mesmo inoperante ao se referir ao “problema obcecante da origem”; porém, “uma mudança considerável alterou o estado de coisas” e uma “forma definitiva e imperativa a partir do fim do século XVII” consolidou “um novo lugar” assumido pela criança em face de uma “nova configuração à família nas sociedades industriais”. Ariès (2014, p. 157) enfatiza que: “é entre os moralistas e os educadores do século XVII” que se formou um “sentimento da infância” ou a “consciência da particularidade infantil” e que “inspirou toda a educação até o século XX”.

Principalmente a partir do século XVIII, é no seio da família que recaem dois elementos de socialização: a higiene e a saúde física. No tocante aos vínculos entre escola e família, argumentos em torno da moral, da disciplina e da higiene passam a ser adotados institucionalmente, numa estreita relação entre saúde e racionalidade, que Ariès denomina por “chamada à razão” num “grande movimento de moralização” promovido essencialmente por “reformadores católicos ou protestantes ligados à Igreja, às leis ou ao Estado” (ARIÈS, 2014, p. 13). É justamente nesse conjunto de acontecimentos que a escola assume, estruturalmente, um papel social essencial na instrução das crianças. Além disso, e ainda segundo Ariès, o processo de escolarização “não teria sido realmente possível sem a cumplicidade sentimental das famílias”:

A família tornou-se o lugar de uma afeição necessária entre os cônjuges e entre pais e filhos, algo que ela não era antes. Essa afeição se exprimiu sobretudo através da importância que se passou a atribuir à educação. Não se tratava mais apenas de estabelecer os filhos em função dos bens e da honra. Tratava-se de um sentimento inteiramente novo: os pais se interessavam pelos estudos de seus filhos e os acompanhavam com uma solicitude habitual nos séculos XIX e XX, mas outrora desconhecida (ARIÈS, 2014, p. 12).

Carlota Boto (2010, p. 36), em seu estudo sobre as práticas de ensino da moral e da civilidade, a partir de livros didáticos portugueses adotados em escolas entre meados do século XIX e os primeiros anos do século XX, trata do papel conferido à escola como instituição civilizadora. A autora utiliza a categoria “civilização escolar”, trazendo implícito o “caráter inventivo da cultura escolar e das práticas que originalmente são produzidas no cotidiano da instituição” e o “caráter de projeto social pressuposto na tarefa de escolarizar”:

A cultura da instrução, que se institui para a infância pela escola, virá ancorada a um intento de representação do mundo, que buscará construir imagens acerca da realidade, consideradas apropriadas para as crianças. A escola pretende, com isso, direcionar o olhar e construir visões de mundo compatíveis com o mundo que a abriga [...]. A escola alicerça-se na vida social como um passaporte para o mundo dos adultos. Estratégias escolares de instrução, formação e civilização instituem maneiras de preparar a infância e a adolescência para habilidades e saberes que lhes serão, por suposto, requeridos na vida adulta. A família estrutura-se mediante laços de afeição (BOTO, 2010, p. 36-37).

Nesse sentido, a escola representa para a criança o contato com a sua própria identidade. É no ambiente escolar que a criança experimenta “pela primeira vez, sua própria identidade; com nome e sobrenome. Ali ela representa, sim, sua linhagem familiar” e, por conseguinte, toma contato com o “mundo dos adultos” a partir dos valores morais e afetivos da própria família (BOTO, 2020, p.37). No entanto, essas percepções tomaram um sentido centralizador e altamente excludente no que se refere à ideia de regeneração nacional nas primeiras décadas do século XX.

Entre a intelectualidade que se valia de argumentos eugênicos no Brasil, o Instituto Brasileiro de Eugenia, posteriormente Comissão Central Brasileira de Eugenia, foi representativo do apelo à ciência dita eugênica enquanto sustentação de uma nação de “eugenizados”, que deveria ter como base a “educação eugênica”, ou seja, uma educação capaz de selecionar e preservar os quesitos hereditários dos considerados geneticamente aptos e úteis à pátria, denominados “bem-dotados”. Entre os temas relacionados, hereditariedade, procriação e puericultura foram constantemente tratados em várias matérias do *Boletim de Eugenia* (1929-1933), órgão do Instituto Brasileiro de Eugenia e, portanto, um meio privilegiado de divulgação do pensamento eugênico.

A defesa de um projeto de sociedade com vista ao “melhoramento progressivo” perpassava por prescrições da área médica, fortemente evidenciadas nas matérias do *Boletim de Eugénia*, cujos autores eram, em sua grande maioria, médicos, a exemplo do seu principal idealizador, Renato Ferraz Kehl (1889-1978).

É desta forma que Sebastian Recasens, decano da Faculdade de Medicina de Madrid, definiu a eugenia, e a sua interferência na procriação, no *Boletim de Eugénia*:

Define-se hoje Eugénia como o conjunto de regras para a applicação das leis biologicas ao aperfeiçoamento da especie humana. Não se concebe que possam existir espíritos fortes em organismos degenerados, pois a mente guarda estreita relação com a constituição corporal, com a estrutura do cerebro. A Eugénia seria uma sciencia unilateral, se tratasse somente do aperfeiçoamento physico da humanidade. É curioso o que succede com os estudos eugenicos. Ouvimos freqüentemente falar de melhoramento da raça, da espécie humana, e dizemos: — Sim, são cousas muito interessantes, belissimas concepções! E dahi não passamos (RECASENS, 1929, p. 1)<sup>1</sup>.

Na continuação, o autor elabora a seguinte pergunta: “Ao constituir familia, surge o problema dos filhos. Quantos filhos se devem ter?” (RECASENS, 1929, p. 1). O seu objetivo era alertar que o quantitativo da procriação eugénica deveria visar procedimentos de esterilização nas mulheres. Esse tipo de posicionamento, por certo, entrava em choque com o ideário católico. Assim, o assunto era sobretudo argumentado sob o ponto de vista médico, especialmente em torno do caráter de obrigatoriedade que pudesse vir a ter, mas sem perder de vista a moralidade que o assunto requeria. Ao se conceberem novas configurações familiares, o papel social da mulher, enquanto progenitora, também tomava centralidade nos debates, assim como a ideia de degeneração e seu possível antídoto, ou seja, a regeneração de acordo com os moldes eugénicos:

Sob o ponto de vista medico, não ha duvida que se deve im pedir que sejam mães, repetidas vezes, aquellas que [tenham] enfermidades cardiacas, renaes, tuberculose, syphilis terciaria, neuroses graves [...]. Outra cousa é a limitação sem causas justificadas, só e exclusivamente devido ao problema social. Não sou partidario de que a mulher se faça esterilizar sem indicação medica, e somente com o fim de satisfazer seus desejos sexuaes, sem a consequencia possivel, quasi sempre, da maternidade. A esterilização da mulher que sofre é um dever. Para os degenerados, impoz-se, com caracter obrigatorio em alguns Estados da America do Norte, afim de evitar o nascimento de seres disformes ou monstruosos. Não podemos aceitar essa obrigatoriedade da esterilização, pois que ainda não estão suficientemente estudadas as condições inilludiveis de regeneração, que possam assegurar o nascimento de um ser certamente enfermo (RECASENS, 1929, p. 1).

Ao que se pode perceber pelas argumentações de cunho eugénico, segundo o autor, deveria haver uma convergência entre o que se passava a conceber por família,

---

<sup>1</sup> Optou-se pela transcrição literal dos conteúdos nas fontes consultadas, preservando -se, dessa maneira, a grafia original.

por um lado, e procriação, por outro, ou seja, a defesa da hereditariedade perpassava pelo entendimento da responsabilidade social sobre a criança, tendo como fator de mensuração os laços de afeição familiar. Sendo assim, outro tema reiteradamente tratado no referido boletim, foram os exames pré-nupciais, conforme se faz notar na seguinte preocupação com a ascendência:

QUEREIS SABER QUEM SOIS E O QUE SEREIS? ESTUDAI A VIDA DE VOSSOS AVÓS. Está comprovado o facto de que o conjunto das capacidades e dos defeitos que exercem maior influencia sobre a descendencia, de um casal, é o resultado dos caracteres apresentados pelos quatro avós. Se quisermos, pois, ter ideia sobre as qualidades ou defeitos de um individuo, devemos estudar a historia dos seus avós [...] Estudai a historia dos vossos e lembrai-vos, depois e sempre, que podereis ser um dia avô, legando aos netos saúde ou doença, perfeição ou monstruosidade (OS NOSSOS..., 1929, p. 4).

Na esteira dessas alegações, Júlio Dantas, médico e escritor português, escreveu um artigo sob o título "A propósito de eugenia" e subtítulo "degenerados", em que defendia o direito à vida como um direito fundamental; porém, de forma a salvaguardar que o exame pré-nupcial requeria "aptidão para o casamento", reforça que:

Todos os enfermos reconhecidamente capazes de transmittir doenças graves e permanentes á descendencia têm de ser excluidos do direito de constituir familia. Será brutal; mas é necessário [...]. Isolam-se os individuos considerados perigosos para a sociedade; devem isolar-se os individuos considerados perigosos para a raça. Ha quem, posta a questão no terreno da sentimentalidade, julgue isso demasiado cruel [...]. Mas não é, porventura, uma atrocidade maior ainda, não é mil vezes mais revoltante obter essa felicidade á custa do martyrio de pequeninos entes que não são culpados de ter nascido, e que vêm ao mundo apenas para expiar, entre os supplicios mais horríveis, o beijo egoista e criminoso dos paes? [...] Qual é a violência, qual é a tyrannia maior, — prohibir os debeis e os enfermos de se casarem, ou mandar os homens sãos e fortes morrerem na guerra? Se aceitamos uma porque não havemos de aceitar a outra, mil vezes mais util, mais generosa e mais humana? (DANTAS, 1930, p. 5).

Juntamente com as preocupações sobre matrimónio e procriação, o controle da natalidade era frequente entre a intelectualidade que defendia medidas de carácter eugénico e higiénico. Porém, é necessário frisar que há especificidades de pensamento entre eugenistas e higienistas mentais, bem como meios de divulgação próprios, a exemplo dos *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, órgão da Liga Brasileira de Hygiene Mental, publicados de 1925 a 1947.

Um importante espaço de produção da intelectualidade médica e psiquiátrica no Brasil, foi a referida Liga, fundada em 1923 e que teve como fundador o médico e psiquiatra Gustavo Kohler Riedel (1887-1934). É interessante notar ainda as relações de sociabilidade entre os membros da Comissão Central Brasileira de Eugenia (anteriormente Instituto Brasileiro de Eugenia) e da Liga Brasileira de Hygiene Mental, como é o caso do médico Renato Kehl, presidente e fundador da primeira e membro do



conselho executivo da segunda. Foi justamente nos *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental* que Renato Kehl relatou a sua participação no XIV Congresso de Natalidade na cidade de Dijon, em França, cujo pronunciamento versava sobre o crescente aumento da população e do que pressupunha serem as causas da “fome e da miséria”:

Ha, sem duvida, excesso de gente no planeta, mas de gente de baixa categoria física, psychica e intelectual, que come e não produz, que sem trabalhar, agita-se nocivamente, perturbando o equilibrio social [...] O problema maximo, em summa, é o da geração. E para este só ha o remédio do tempo, associado aos remedios propostos por Galton: reduzir até eliminar, paulatinamente, por processos biologicos, os subnormais e anormais, impedindo a reproducção de individuos apresentando taras nervosas e phisicas; incentivar o orgulho pela verdadeira nobreza de estirpe, consubstanciada na saúde integral; promover a união conjugal de eugenizados; melhorar, progressivamente, as condições de meio de educação (KEHL, 1932b, p. 6; 9).

A dita anormalidade foi exaustivamente associada à ideia de degeneração, tanto no *Boletim de Eugenia* quanto nos *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, de forma a considerar as chamadas “taras” como ameaças às idealizações de “melhoramento” e ao que se compreendia por “equilíbrio social” com base na “saúde integral” e na “nobreza de estirpe”.

Outro indicativo substancial da correlação entre hereditariedade e degeneração foi o apelo ao ensino da genética nas escolas, com forte ênfase nos princípios científicos da hereditariedade como “phenomeno biológico”, conforme o que indica o médico Geraldo de Andrade em tese apresentada ao V Congresso Brasileiro de Hygiene, publicada pelo *Boletim de Eugenia*; a hereditariedade, sob a perspectiva científica da biologia, foi um elemento fundamental no debate eugénico e higienico e na conformação do lugar social da criança e da família em favor do que Andrade (1930, p. 4) alegava como “maior bem da collectividade”. Decorre desse pensamento a preocupação com a mortalidade infantil e suas formas de prevenção que, no pensamento eugénico, perpassava pelo perigo do “concepcionismo inconsciente” e da “maternidade consciente”, pois “bebês que nascem dentro das possibilidades pecuniarias dos paes têm a sua vida fomentada devidamente” (ANDRADE, 1930, p. 4).

É noutro periódico, contudo, desta vez no *Office Belge d'Eugénique*, que vamos encontrar, literalmente, uma definição do método eugénico no que diz respeito à criança:

O futuro da criança depende em grande parte de tres condições: a hereditariedade, a saúde dos paes no momento da concepção, a saúde da mãe durante a gestação. A criança é também a resultante de toda uma linhagem. Ella tem, de tal antepassado, a estatura; de outro, a cabelleira; deste, os olhos; daquelle, o espirito; de um terceiro, o caracter; de um quarto, uma tendencia professional. Segue-se que: **1. As famílias são caracterizadas por traços**



**hereditários que lhes são próprios; 2. Os caracteres biológicos de uma colectividade dependem desses caracteres familiares, de suas variações e das uniões que se contraem entre as diversas famílias; 3. Conhecendo, portanto, as famílias que concorrem para formar a colectividade e seus caracteres, pôde-se, em uma certa medida, deduzir a velocidade de crescimento de certas categorias sociais, á custa ou em beneficio da colectividade** (SCHRAENEN, 1930, p. 1, grifo do autor).

Almejava-se, portanto, que tanto a criança como a família estivessem inseridas num projeto de “melhoramento progressivo”, em que os “caracteres biológicos” fossem o fio condutor de uma nova sociedade e, nesse projeto civilizatório, fazia-se necessário “deduzir” categorias sociais em favor do alcance das melhores linhagens. Pelo exposto, pode-se perceber uma determinada construção sócio-histórica sobre a criança e a família sob o ponto de vista eugénico e higiênico. Nação, Estado e ciência corresponderiam a um tripé de sustentação na formulação de propostas dessa natureza num projeto de nação integrado e coeso entre a saúde e a educação.

### **HEREDITARIEDADE E DEGENERAÇÃO: INTERVENÇÕES NO LABORATÓRIO DE PEDAGOGIA EXPERIMENTAL (SÃO PAULO) E NA CLÍNICA DE EUPHRENIA (RIO DE JANEIRO)**

Saneamento e regeneração estavam diretamente relacionados com outro problema que se colocava como “inadiável” no contexto brasileiro – o analfabetismo –, que na década de 1920 estimava-se em torno dos 75%. “Recorrente no discurso das elites ilustradas brasileiras desde o século XIX”, o analfabetismo foi visto “como origem de todos os males e de todos os vícios” e considerado como “elemento que se opunha à civilização, inviabilizando o progresso e pondo em risco a própria segurança nacional” (ROCHA, 2011, p. 157). Tais níveis de iliteracia inspiraram a formulação de preceitos higiênicos em manuais escolares, ancorando-se na seguinte seleção:

O projeto de formação de homens fortes, saudáveis e vigorosos encontrou na publicação de pequenos livros e cartilhas de higiene um importante recurso pedagógico, cuja elaboração envolveu médicos, professores, editores e ilustradores. Manuais escolares pequenos, elaborados segundo um formato editorial no qual textos breves se associam a gravuras, constituíram-se em alguns dos dispositivos por meio dos quais se procurou pôr em circulação, no âmbito da escola, um amplo rol de preceitos higiênicos, cuja aquisição deveria culminar numa vida saudável e civilizada (ROCHA, 2011, p. 162-163).

Marta Maria Chagas de Carvalho (2001, p. 305), ao analisar movimentos e reformas educacionais nas primeiras décadas do século XX no Brasil, destaca que saúde, moral e trabalho foram os “pilares da grande campanha de regeneração nacional pela educação”, pilares estes, defendidos por parte considerável da intelectualidade brasileira: “uma das representações do país que a campanha educacional teatraliza com

mais frequência é a do povo doente e improdutivo vegetando na imensidão do território". Por conseguinte, moralidade e higiene eram faces de uma mesma moeda em defesa do que se pressupunha por condições essenciais para uma vida laboriosa e saudável, a depender da própria "educação do povo".

Decorre desses pressupostos a preocupação com a formação de docentes para a escola primária no Brasil. A instalação, em 1914, do Laboratório de Pedagogia Experimental, ligado ao Gabinete de Psicologia e Antropologia Pedagógica e anexo à Escola Normal Secundária de São Paulo, representou a destinação de um local específico onde a criança passava a ser um objeto de estudo particularizado. O referido gabinete tinha pretensões de estabelecer parâmetros de cientificidade ao estudo metódico da criança, a exemplo de outros modelos implantados no exterior, de acordo com modelos de uma "pedagogia moderna, científica ou experimental" (CARVALHO, 2001, p. 292). Vale a pena destacar que o processo de implantação de grupos escolares, em São Paulo, foi utilizado como um modelo educacional por outros estados brasileiros, o que evidencia a representatividade do Laboratório de Pedagogia Experimental e das orientações clínicas e pedagógicas implementadas na formação de docentes da Escola Normal Secundária.

Entre os procedimentos utilizados pelo laboratório, a elaboração de uma Carteira Biográfica Escolar evidenciava fins de registo fotográfico, médico e de mensuração antropológica. O objetivo era utilizá-la durante os cinco anos do ensino primário em todos os grupos escolares do Estado. Assinada pelo diretor e pelo médico escolar, a referida carteira constituía-se em um documento da escola e do governo. Nela deveriam constar "observações antropológicas", "físio-psicológicas", "dados anamnéticos da família" e "notas anamnéticas"<sup>2</sup>, que serviam de "dispositivo de constituição da criança enquanto aluno" e de "produção da individualidade na confluência das medidas e dos 'dados' de observação constituídos como índices de *normalidade*, *anormalidade* ou *degenerescência*" (CARVALHO, 2001, p. 295). A autora salienta, ainda, que "compleição física, tipo racial, traços morais, marcas de hereditariedade, ambiente familiar, constituíam um roteiro de observação e medida" ao que viria a ser o "*caráter específico do aluno*" (CARVALHO, 2001, p. 295). E entre os caracteres específicos é pertinente

---

<sup>2</sup> Ainda segundo Carvalho (2001, p. 195), tais características constituíam-se em "procedimentos de identificação" para o "uso escolar", em que os pressupostos e as práticas derivavam da antropologia, da biologia, da medicina e da psiquiatria, ciências estas que se condensariam enquanto "objeto cultural" e "cujas fronteiras não eram muito nítidas"; por outras palavras, a carteira biográfica escolar deveria "ser pensada como dispositivo de produção de um conhecimento sobre o aluno".

ainda avaliar em que medida os critérios eugénicos foram centrais para as observações “científicas” ditas modernas e experimentais.

Um trecho do pronunciamento de Francisco Campos, ministro da Educação e Saúde Pública entre 1930 e 1932, transcrito no *Boletim de Eugénia*, ilustra a proximidade das então ações político-educacionais ao pensamento eugénico e higiénico, bem como a confluência entre as áreas médica e educacional, especialmente por intermédio da produção intelectual proveniente das faculdades de medicina, que embasavam a proposta de reforma de ensino encabeçada pelo referido ministro:

Ao empenho de elevar o nível da cultura científica e da capacidade técnica dos nossos médicos, e de apurar conhecimentos necessários ao alto mistério de prevenir e de curar a doença, obedece a reorganização das faculdades de medicina do Brasil, instituída na presente reforma. Define-se, nessa providência, o zelo do Estado pela vida de nossa gente, e afirmam-se os seus propósitos de promover o aperfeiçoamento progressivo de nossa raça (CAMPOS, 1931, p. 4-5).

Entre as ações implementadas nas escolas primárias do Brasil, pode-se citar o ensino da genética, por meio de conteúdos curriculares a incluir nos programas das Escolas Normais, pois estas seriam, segundo Octávio Domingues, professor das áreas de Agricultura, Farmácia e Odontologia, como “colmeias de onde sahirão as obreiras inteligentes de que o Brasil precisa, também, para a vitória dessa causa”; perspetivar o futuro era, portanto, conceber a eugénia como “sciência da hereditariedade”, com o objetivo de “transmittir aos herdeiros nossos o melhor sangue como a educação melhor” (DOMINGUES, 1930, p. 3).

Nessa direção, a Liga Brasileira de Hygiene Mental promoveu a implantação da Clínica de Euphrenia, em 1932, no então Distrito Federal, cidade do Rio de Janeiro. Evidenciava-se a necessidade de desenvolver um trabalho clínico para a infância, que se dividia em “geneológica” para “selecção psycho-typologica dos procreadores” e “medico-pedagógica”. Mirandolino Caldas (1932, p. 31-32), seu primeiro diretor e então secretário geral da Liga Brasileira de Hygiene Mental, discorre sobre o vocábulo “euphrenia”, advindo do grego, que correspondia a uma “sciencia da boa cerebração” ou “estudo que tem por fim assegurar a bôa formação do psychismo”, tendo como elemento fundamental “o estudo das linhagens (*pedegrees*) psychiatricas e psychologicas”:

Ao nascer a criança não possui ainda uma cerebração consciente. O recém-nascido não pensa, não raciocina, não tem a faculdade de discriminação [...]. Pode-se dizer que a “vida psychica da relação” ainda não surgiu, ainda não despertou [...]. Compete, pois, á Euphremia acompanhar os pequeninos seres, auxiliando e orientando a formação do seu psychismo, de tal modo que este possa, praticamente se approximar o maximo possivel do padrão psychologico normal (CALDAS, 1932, p. 35-36).

Este primeiro diretor afirmava ainda que: “é nos albores da infância que se conseguirá inculcar idéas e habitos euphrenizantes”, pois seria a partir dessa inculcação, “penetrando fundo no psychismo da criança”, que se identificariam “pontos de resistência que anulam, até certo gráu, o efeito malefico das taras hereditarias” (CALDAS, 1932, p. 37).

A Clinica de Euphrenia, “destinada a prevenir as doenças nervosas na infancia, corrigir as reacções psychicas anormais e sublimar o caracter da juventude”, atendia crianças desde os primeiros meses até à idade de 12 anos. O período dos 2 aos 6 anos era visto como primordial, pois se considerava uma “época em que as idéas abstractas apparecem e se definem nas crianças” e, desse modo, a clínica procurava “realisar o seu verdadeiro trabalho de euphrenia medico-pedagogica, concorrendo para a bôa formação do psychismo, da personalidade, do caracter dos clientezinhos entregues aos seus cuidados” (A CLINICA..., 1932, p. 68).

Neste contexto, destaca-se a responsabilidade que era atribuída aos pais, mas essencialmente à mãe, que deveria ser “extremosa”; no campo da “Exhortação às Mães” são dados os seguintes conselhos: “Não deixes que os vicios e as anomalias se estratifiquem e se incrementem na alma do teu filho. Reformar o psychismo do adulto é sempre muito mais difficil”. E, ainda: “Muitos dos desvios do psychismo são fructos da má orientação educacional. E são os paes, não raro, os responsaveis por essas graves anomalias” (A CLINICA..., 1932, p. 82-83). O peso que se atribuía ao papel social das mães nos trabalhos da clínica pode ser verificado nas seguintes recomendações, nomeadamente no que diz respeito às questões de ordem comportamental, emocional, sexual e educacional:

Teu filho é timido, ciumento, desconfiado? É teimoso, pugnaz, exaltado? Cuidado com os prenuncios de constituição nervosa!

Teu filho tem defeito na linguagem, é gago? Manda-o examinar para saber a sua verdadeira causa.

Teu filho tem vicios de natureza sexual? Leva-o ao especialista para que te ensine a corrigil-o.

Teu filho é mentiroso, ou tem vicio de furtar? Trata-o, sem demora, si não quizeres possuir um descendente que te envergonhe.

Teu filho tem muitos tics e cacoetes? É um hyperemotivo. Procure evitar a desgraça futura do teu filho, que poderá ser um candidato ao suicidio.

Teu filho pouco progride nos estudos? Antes de culpar o professor, submete-o a um exame psychologico. Conhecerás então o seu nivel mental, o seu equilibrio emotivo, e terás, assim, elementos para melhor o encaminhar na vida.

Lê e reflecte: A felicidade do teu filho está, em grande parte, nas tuas próprias mãos (A CLINICA..., 1932, p. 84).

Para acolher o desdobramento das atividades realizadas na Clínica de Eufrenia, fundada em 1932, foi instituído o Serviço de Orthophrenia e Hygiene Mental, em 1934, que veio dar apoio à Clínica de Orientação Infantil, criada em 1938. Carlos Monarcha (2009), ao analisar o contexto de criação de tais atividades, associou a estas os índices preocupantes de reprovação no ensino primário na primeira década do século XX. Essas iniciativas baseavam-se numa “visão científica” que procurava ter “cuidados com a infância”, embora sob o “ângulo da causalidade negativa: impulsos, instintos, recalques, complexos, renúncias, derivações, fixações”, cujo objetivo residia em “transportar os progressos da ciência para a escola e para o lar e propiciar correta formação mental em alunos, professores e pais” (MONARCHA, 2009, p. 283-284). Conforme aponta Monarcha (2009, p. 82), a ideia de “casos problemas” no ambiente escolar estava no cerne das preocupações dos higienistas.

Em 1934, os *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental* noticiavam a criação do “interessante” Serviço de Orthophrenia e Hygiene Mental (SECÇÃO, 1934, p. 253), cujo programa fora conduzido pelo, também membro da Liga Brasileira de Hygiene Mental, médico e psiquiatra Arthur Ramos (1903-1949)<sup>3</sup>. Este último, chefiou o referido serviço a convite de Anísio Teixeira, que era responsável pelo Departamento de Educação do Distrito Federal e um dos mais representativos signatários do Manifesto dos Pioneiros pela Educação Nova de 1932, no Brasil. O programa estabelecia assim as conexões do ambiente escolar e familiar:

- 1.º - Hygiene mental preventiva do pre-escolar. É o processo educativo transportado ao lar. Correcta formação do behavior pariental. Circulo de paes. Educadores visitadores. Clinicas de habitos e de direcção. Serviços connexos.
- 2.º - Exame compulsorio, medico-psychologico do escolar, com o fim de joeirar os *casos problemas*, os *difficeis* em seus varios graus.
- 3.º - Orientar os psychicamente sãos. Reajustar os mal-ajustados. Clinicas orthophrenicas. Serviços connexos: medico, anthropologico.
- 4.º - Correcta formação mental do educador. Cursos de ferias. Cursos na Escola de Professores. Frequencia no Serviço Central de Orthophrenia. Formação intensiva de educadores especializados.
- 5.º - Educar o publico. Conferencias publicas. Conselhos de hygiene mental. Divulgação pelo cinema, radio, boletins e monographias.
- 6.º - Problemas connexos. Planos de estudos ainda não realizados entre nós: caractereologia escolar, controle qualitativo da psychotechnica, trabalhos varios de experimentação, etc. (SECÇÃO..., 1934, p. 254).

Definiam-se, portanto, ações de alcance clínico com finalidade pedagógica, que eram explícitas no que se refere às atitudes comportamentais do educando e do educador, de forma a evidenciar uma demarcação entre os “sãos” e os “mal-ajustados”. Uma vez estabelecido o referido cotidiano clínico, objetivava-se divulgá-lo nos mais

---

<sup>3</sup> Sobre Arthur Ramos, veja-se Giesbrecht (2022).

diversos meios. Arthur Ramos utilizou critérios médicos e antropológicos em diversas investigações científicas, sobre crianças e adolescentes, no Instituto de Pesquisas Educacionais, onde “a profilaxia social era tarefa que interligava a educação e saúde” (CUNHA, 1999, p. 264).

Como facilmente se percebe, no contexto da primeira metade do século XX, as propostas eugénicas e higiénicas estavam muito presentes nos debates educacionais. Lourenço Filho (1897-1970), um dos educadores mais influentes no movimento da Escola Nova no Brasil, e signatário do Manifesto dos Pioneiros pela Educação Nova de 1932, foi também patrono da Clínica de Euphrenia, pronunciando-se assim, em entrevista ao jornal *O Globo*, posteriormente transcrita nos *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*:

Vejo, com grande sympathia, a iniciativa, como todas as de fundo educativo, baseadas na applicação sicientifica. Muito maior numero de creanças, do que á primeira vista pode parecer, apresenta disturbios sérios de conducta, exigindo tratamento cuidadoso e radical. Nem sempre esse tratamento póde ser feito na escola, mesmo em classes especiaes. Estas classes se organisam estendendo a anormalidades “quantitativas”, ou sejam de retardamento ou atrazo de desenvolvimento psyquico. A Clínica de Euphrenia irá receber os portadores de anormalidades “qualitativas”, para as quaes a escola não póde estar preparada [...] Conheço, de minha experiencia directa, cerca de uma centena de casos que requereriam esse tratamento especial. Casos dolorosamente typicos. Nelles, o medico especialista é que se apresenta como o verdadeiro educador ou, melhor, como o reeducador necessario. Nem sempre haverá um fundo somatico a ser cuidado. Em muitos delles, a conducta se altera por condições sociaes defeituosas (LOURENÇO FILHO, 1932, p. 90).

São evidentes as relações de sociabilidade no que diz respeito ao envolvimento nas questões de ordem eugénica e higiénica na área educacional, seja na perspetiva do debate de cunho intelectual, seja nas ações estatais implementadas no período analisado. Por exemplo, o Primeiro Concurso de Eugenia de 1929 foi dirigido pelo Serviço Sanitário do Estado de São Paulo, o que denuncia o alcance destas conexões na esfera governamental. A seleção de uma criança de três anos para o primeiro prêmio, que era, como enfatizou Renato Kehl (1929, p. 1) no *Boletim de Eugénia*, a “1.ª brasileira eugenizada”, teve como finalidade o “aperfeiçoamento da nacionalidade”, com vista à “constituição de proles sadias e bellas” e à “futura elite nacional de eugenizados”. Kehl defendia ainda a necessidade da obrigatoriedade de um registo individual e de um registo genealógico de família, a partir de “todos os recém-nascidos”, tendo em conta a questão constitutiva da genealogia pelo “pedigree familiar” e o seu “melhoramento progressivo”: “cada criança receberá ao ser registrada, um pequeno livro com as rubricas do que é preciso anotar, e dos detalhes mais importantes sobre a sua ascendencia” (KEHL, 1932a, p. 22).

No referido contexto, também se destacou o médico e educador belga Jean-Ovide Decroly (1871-1932), que defendeu a seleção dos “bem-dotados” e foi um acérrimo apologista da eugenia, como se constata no resumo da sua conferência na Société belge d'eugénique, transcrito no *Boletim de Eugénia*:

Poucos problemas eugenicos têm uma importancia comparavel á da selecção dos bem-dotados. Em primeiro lugar, esta questão dá um novo esclarecimento sobre a doutrina eugénica, em geral, e lhe desvenda, ao mesmo tempo, um futuro de realizações praticas. A selecção dos bem-dotados compreende tres etapas. 1.º A pesquisa dos melhores indivíduos; 2.º A organização de uma educação apropriada. 3.º A repercussão de sua superioridade sobre a geração seguinte (DECROLY, 1929, p. 1).

No que respeita à formação educacional da criança e à influência do meio familiar, Decroly assim se pronunciou:

Uma estatística feita na Califórnia estabeleceu a percentagem dos bem-dotados desta maneira: 53% pertencem á classe abastada; 37% á classe de vida confortavel; 10% á classe medíocre e 0% á classe inferior. Compreende-se isso, lembrando-se de que são os paes que criam o meio, no qual, entre sua familia, se desenvolve a criança. A qualidade do meio ambiente familiar depende do valor dos paes, e este, afinal de contas, liga-se estreitamente á influencia hereditaria [...]. É mister habituar a criança a fazer a experiencia da vida, a lhe dar occasião de desenvolver as faculdades mentaes latentes, legadas pela hereditariedade. Por consequencia, é a influencia da hereditariedade, combinada com a do meio familiar normal, que mais contribuirá para a apparição dos talentos, das aptidões, a saber, dos bem-dotados (DECROLY, 1929, p. 1).

Para Decroly (1929, p. 2), a hereditariedade era um fator primordial na seleção dos “bem-dotados”; argumentou ainda que a “eugenia cuida tambem dos melhores”, pois “se é verdade que deseja operar a eliminacão dos individuos tarados da vida social, ella entende tambem de consagrar uma grande parte de seu esforço á producção de typos normaes e melhores”. Deste modo, a partir de tais prerrogativas sobre hereditariedade e da fixação em esforços para a seleção dos “melhores”, em contraponto aos considerados “tarados da vida social”, percebe-se a influência do pensamento eugénico na área da educação no contexto da primeira metade do século XX.

## **ACOLHER, VIGIAR E PUNIR: INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS EM PORTUGAL**

Com estatutos aprovados em 1934, sob proposta de Eusébio Tamagnini (1880-1972), a Sociedade Portuguesa de Estudos Eugénicos viria a ser fundada apenas em 1937 na cidade de Coimbra, sendo médicos a maioria dos membros que a integrava. O próprio Eusébio Tamagnini, professor de antropologia na Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra, tinha formação em medicina. Mas, no que ao caso português



respeita<sup>4</sup>, as ideias eugénicas e de aperfeiçoamento da espécie humana eram muito anteriores. São disso exemplo, as formulações presentes em alguns trabalhos de médicos e cientistas, mas também os propósitos de várias instituições, que acolhiam crianças.

Um desses médicos, presentes na inauguração da referida sociedade eugénica, foi Fernando Bissaya-Barreto (1886-1974), professor da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra e impulsionador da construção de várias casas de apoio à infância na zona centro de Portugal, sendo a mais famosa a de Coimbra, em cujo parque anexo foi instalado o Portugal dos Pequenitos<sup>5</sup>, com carácter lúdico-pedagógico, inaugurado em 1940 e ainda hoje aberto ao público. Para Bissaya-Barreto, as crianças eram os “homens de amanhã” que permitiriam a continuidade dos valores da “nação”. Por essa razão, esse “capital humano nacional”, de “uma plasticidade extrema”, não podia ser descurado e a sua “saúde física, moral e material” representaria “o futuro, a prosperidade e progresso do Estado, sob o ponto de vista intelectual, moral e material” (BISSAYA-BARRETO, 1970, p. 212). Daí também a importância que este médico dava à história, pois sendo republicano e depois ligado ao regime do Estado Novo (1933-1974), esta disciplina permitiria promover os ideais nacionalistas.

No caso português, e ainda nos finais do século XIX, parte do ensino estava nas mãos da Igreja (católica). Motivados pelos ideais republicanos e pelos ideais antimonárquicos e explicitamente anticlericais, os governos da Primeira República procuraram retirar da Igreja o poder que esta tinha no que respeita à educação, começando pela expropriação de locais (como mosteiros, por exemplo). Alguns desses espaços foram posteriormente modificados para receber crianças. Foi o caso do que veio a ser a Tutoria de Infância do Porto, instalada em 1912, num espaço que servia para receber crianças em situação de vulnerabilidade, mas também para reprimir as que eram consideradas marginais. Esta estrutura, que reunia o diretor, juízes, médicos (que escreviam pareceres sobre as crianças e sugeriam métodos de correção), preceptores e outro pessoal auxiliar, foi fazendo parte de todo um processo e acabou por servir também de aparelho ideológico do Estado.

Chegadas à Tutoria, as crianças eram fotografadas de frente e de perfil, como acontecia nos registos criminais, e foi esse contexto, que inclui vigilância e punição, como ocorre em outros espaços analisados por Foucault (2002), que procurámos

---

<sup>4</sup> Sobre a eugenia em Portugal, veja-se Pereira (1999) e Matos (2010a).

<sup>5</sup> Sobre a vida e a obra de Bissaya-Barreto e o contexto de edificação deste parque, veja-se Matos (20210b). Bissaya-Barreto tinha sido maçom, mas afastou-se posteriormente, pois a maçonaria foi proibida durante o Estado Novo em Portugal. No entanto, em várias das suas ações, os ideais maçônicos terão permanecido.

analisar. Como já foi referido, a Tutoria foi movida pelos ideais republicanos, que assentavam na esperança de regeneração social; se, por um lado, esses ideais procuravam erradicar o crime e os delitos infantis, por outro lado tinham como objetivo vigiar e tutelar as crianças mais vulneráveis e provenientes das classes sociais mais desfavorecidas.

Também em outros espaços, com objetivos semelhantes aos da Tutoria, o menor era observado e examinado para determinar as suas condições físicas, intelectuais e morais, e analisar as suas disfunções, “perturbações psicológicas, irregularidades éticas, lacunas escolares ou educativas, aptidões profissionais” e “conhecer o meio de onde provém” (LOPES, 2001, p. 35). Os métodos antropométricos utilizados permitiriam ainda averiguar funções sensoriais (capacidade auditiva, sensibilidade visual e sentido cromático), neuromusculares (tempos de reação, resistência muscular e coordenação bimanual) e mentais (memória e senso prático) (LOPES, 2001, p. 37). De acordo com uma lógica positivista, os corpos das crianças foram tratados quase como objetos: podiam ser observados, analisados e manipulados (MATOS, 2023, p. 192).

Ao passar pela Tutoria, os menores internados deveriam ainda refletir sobre as suas ações passadas e alcançar a sua redenção. O tribunal coletivo da Tutoria incluía um magistrado, um médico e um professor. Um dos juízes-adjuntos da Tutoria, foi António Mendes Correia<sup>6</sup>, antropólogo e arqueólogo, com formação em medicina, e professor na Faculdade de Ciências da Universidade do Porto (CORREIA, 1912). Desde o início de atividade da Tutoria, ou seja, em 1912, até meados da década de 20, Mendes Correia emitiu vários pareceres sobre menores de idade e a partir da sua obra procurámos conhecer algumas das práticas desta instituição nos seus primeiros anos de atuação<sup>7</sup>.

A Tutoria (onde se examinavam as crianças vulneráveis, consideradas delinquentes ou em risco) tinha um espaço que lhe era anexo – o Refúgio – onde os menores ficavam até à decisão judicial. Tanto na Tutoria, como no Refúgio, Mendes Correia refere ter encontrado: “uma grande massa de delinquentes cujos actos delituosos não podem ser considerados o produto de taras degenerativas ou defeitos patológicos, mas essencialmente a consequência dum lastimável regime educativo anterior” (CORREIA, 1925, p. 3).

---

<sup>6</sup> Sobre a vida e a ação de Mendes Correia, veja-se Matos (2023).

<sup>7</sup> Sobre a Tutoria, no período entre os anos 1930 e 1960 (posteriormente à atuação de Mendes Correia no campo da delinquência e criminalidade), veja-se Lopes (2001).

Mendes Correia associava os comportamentos desviantes essencialmente a carências económico-sociais, com conexão ou não com aspetos morais, de educação e formação, ou de higiene e saúde mental, e não tanto à componente física dos menores (MATOS, 2023, p. 192). Eram assim as condições de educação, ou ambientais, do menor, que podiam justificar a sua propensão para o comportamento desviante (CORREIA, 1915a). Algumas das observações feitas na Tutoria foram incluídas na sua obra *Crianças delinquentes* (CORREIA, 1915a), onde procurou averiguar os fatores condutores à vadiagem e ao delito, apontando, mais uma vez, o papel do contexto social. Segundo Mendes Correia, a importância da observação das crianças residia ainda no fato de poder contribuir para um melhor conhecimento das raízes da criminalidade na idade adulta (CORREIA, 1915a, 1915b, 1925, 1931). Ademais, o autor concluiu que a criminalidade precoce, assim como a criminalidade em geral, diminui com a educação (CORREIA, 1913, p. 179).

Para Mendes Correia (1925, p. 20), a educação incluía a instrução, propriamente dita, mas não se reduzia a ela, isto é, a educação era um todo que também englobava a moral proveniente do lar familiar. Quando esse lar tinha problemas, ou seja, quando se considerava que as famílias não funcionavam, ou que as crianças estavam em perigo moral (BASTOS, 1997, p. 201), deveria ser o Estado a assumir a sua guarda. Passavam a ser então as instituições a ter o papel de acolher, ensinar e reinserir os menores na sociedade. Sobre a linguagem de gíria utilizada pelas crianças institucionalizadas, Mendes Correia (1931, p. 159) considera que algum do vocabulário que utilizavam era também frequentemente utilizado nos “meios criminais do Porto”.

Mais tarde, Mendes Correia veio a ocupar cargos políticos, primeiro como presidente da Câmara Municipal do Porto (1936-1942) e depois como deputado na Assembleia Nacional (1945-1957). Na altura da vigência do seu mandato na câmara municipal, era às câmaras que competia cuidar das “crianças desvalidas ou abandonadas”, conforme o Art. 48.º do Decreto-lei 27.424, de 31 de dezembro de 1936. Assim, e por proposta da vereadora do Pelouro da Educação, Ana José Guedes da Costa (primeiro elemento feminino eleito para integrar uma vereação na Câmara Municipal do Porto) (SOUSA; RIBEIRO; ROCHA, 2009, p. 480), o Colégio dos Órfãos beneficiou de obras, assim como de melhorias na alimentação, indumentária e assistência médica (RELATÓRIO..., 1938, p. 17). Outra instituição que esteve sob a responsabilidade da Câmara Municipal do Porto foi o Abrigo dos Pequenininos que recebia “crianças de alguns dias até aos 5 anos, pertencentes a famílias de trabalhadores pobres da freguesia (...) ou das freguesias próximas” (RELATÓRIO..., 1938, p. 16).

Em 1651 tinha sido fundado, pelo Padre Baltazar Guedes, um Colégio de Meninos Órfãos e Desamparados<sup>8</sup>, que acolhia crianças do Porto e do seu bispado. Em 1693, quando falece o fundador, o colégio passa a ser administrado pela câmara municipal. Séculos mais tarde, em 1903, o colégio foi instalado no antigo edifício do Seminário. Era à câmara municipal que competia a seleção dos menores, que deveriam ser “órfãos, [...] que tenham de 7 a 10 anos de idade, que possuam robustez suficiente e que não sofram de moléstia contagiosa ou defeito orgânico que os iniba de seguir qualquer carreira que o Colégio faculta, que sejam naturais da diocese do Porto e que comprovem o estado de pobreza” (ANUÁRIO..., 1923, p. 195).

Uma outra instituição, criada pela Junta Geral do Distrito, e que passou a ser administrada pela Câmara Municipal do Porto a partir de 23 de dezembro de 1897, foi o Internato Municipal, que tinha como objetivo “recolher e educar crianças desvalidas ou abandonadas, de 7 a 10 anos, do sexo masculino, naturais da cidade do Porto [...] proporcionando-lhes o ensino literário e profissional que as habilite a ganhar honesta e livremente a sua vida” (ANUÁRIO..., 1923, p. 190).

Numa das sessões da Assembleia Nacional, a 11 de março de 1952, e enquanto deputado, Mendes Correia refere que: “Verifiquei, eu próprio, no Porto que muitas crianças iam para a escola sem refeição alguma e que não eram raras as que não tinham no dia inteiro outra refeição além da que lhes era fornecida pelas cantinas escolares” (DIÁRIO..., 1949, p. 53). E já na sessão de 3 de março de 1949, sobre ensino infantil para crianças dos 4 aos 7 anos, tinha referido que se não fossem essas escolas, algumas crianças ficariam “em completo desamparo” (DIÁRIO..., 1945, p. 49). Da análise das intervenções de Mendes Correia, conclui-se que as mesmas continuavam a receber as influências do contexto que propiciou as suas preocupações médico-sanitárias e as suas formulações eugénicas nas décadas de 10 e 20.

Contudo, no período em análise, a educação inclusiva e antidiscriminação, que começa, cada vez mais, a fazer parte do espaço educativo, ainda que com várias fragilidades, como nos lembram alguns autores (MWEWA; MATOS, 2022), estava longe desse horizonte.

---

<sup>8</sup> Sobre os colégios dos meninos órfãos, veja-se Guedes (2006).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contexto da primeira metade do século XX foi marcado, tanto no Brasil, como em Portugal, por estudos de cunho científico sobre a saúde (física e mental) na infância e por práticas demonstrativas do lugar social da criança no ambiente familiar, escolar e institucional. No Brasil, o Laboratório de Pedagogia Experimental (desde 1914), integrado na Escola Normal Secundária de São Paulo, e a Clínica de Eufrenia (desde 1932) no Distrito Federal (Rio de Janeiro), constituíram-se como experiências educacionais basilares; ao localizarem-se no centro político gravitacional brasileiro, vieram a servir de referência para outros estados, no que concerne à adoção de políticas e propostas pedagógicas, que procuravam incluir parâmetros de cientificidade.

Além dos exemplos incluídos neste artigo sobre as ideias de hereditariedade e de degeneração, assim como de intervenções clínicas e pedagógicas, é bastante ilustrativo este trecho, da autoria do professor Octávio Domingues, publicado no *Boletim de Eugénia*, no que se refere à visão maniqueísta de sociedade e à obstinação em preconceber graus de felicidade a partir da infância:

Apezar do progresso humano ininterrupto, o homem cada vez mais multiplica suas taras, suas dores, e se infelicita. Num verdadeiro trabalho de Sisifo ele recebe a criança no mais formoso berço; põe-na a crescer no melhor dos mundos físicos; salva-a da morte quantas vezes o organismo dela tenta falir; ameniza-lhe o sofrimento, se ela sofre; multiplica sua alegria, se ela sorri; educa-a, desperta-lhe as inclinações melhores, e procura coibir todas suas tendencias malevolas – e, no entretanto, os manicômios infantis continuam a povoar-se, acolhendo carinhosamente as flores residuarias das heranças infelizes... (DOMINGUES, 1932, p. 21).

De acordo com este trecho, os “melhores” deveriam estar a salvo das “taras”, das “tendencias malevolas” e longe dos “manicômios infantis”. Os autores de formulações como esta, ao procurarem conceber graus de felicidade e mensurar “heranças felizes”, almejavam um projeto civilizatório a favor do que consideravam como melhores linhagens; porém, acabavam por furtar o protagonismo daquele(a)s que não se enquadravam nos padrões eugénicos e higiénicos.

As formulações dos autores analisados, que faziam parte de uma intelectualidade, na maioria das vezes bem posicionada socialmente, tiveram como finalidade promover um padrão civilizatório, de acordo com o qual (e também por querer dar preponderância ao mesmo) era necessário impedir existências diferentes ou desviantes dessa norma. Os argumentos expostos foram defendidos como se estivessem sustentados em bases científicas. Por essa razão, era comum recorrer a dados concretos como: problemas de saúde (física e mental), doenças

infectocontagiosas, problemas sanitários, taxas altas de analfabetismo e de mortalidade infantil. As propostas sugeridas, ao nível escolar e clínico, assentavam amiúde na necessidade de realizar reformas pedagógicas e sanitárias, de forma a promover um “melhoramento progressivo”.

Contudo, muitas das propostas apresentadas assentaram em preconceitos de cariz socioeconómico, pois as crianças que mais foram evidenciadas como estando associadas a problemas sanitários, de saúde (física e mental) e de escolarização, foram as mais vulneráveis, provenientes de meios sociais fragilizados, de famílias desestruturadas ou que estavam institucionalizadas (nas chamadas casas de correção, como na Tutoria de Infância do Porto, mas também em orfanatos ou albergues temporários). Tendo em conta o estudo apresentado neste artigo, e ainda que o pensamento eugénico, nos contextos analisados, não tenha sido efetivado com o rigor institucional, apregoado por muitos eugenistas e higienistas mentais da primeira metade do século XX, é importante estar atento, na atualidade, a propostas de melhoramento da espécie humana, que possam, tal como no passado, promover injustamente o preconceito, a intolerância, a violência ou a exclusão social.

## REFERÊNCIAS

A CLINICA de Euphrenia. **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, ano 5, n. 2, p. 65-98, out./dez. 1932.

ANDRADE, Geraldo de. Concepcionismo inconsciente e mortalidade infantil. **Boletim de Eugénia**. Rio de Janeiro, ano 2, n. 13, p. 4, jan. 1930.

ANUÁRIO da Câmara Municipal do Porto. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1923.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2014.

BASTOS, Susana Pereira. **O Estado Novo e os Seus Vadios**: Contribuição para o estudo das identidades marginais e da sua repressão. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1997.

BISSAYA-BARRETO, Fernando. **Uma obra social realizada em Coimbra**. Coimbra: Coimbra Editora, 1970.

BOTO, Carlota. A racionalidade escolar como processo civilizador: a moral que captura almas. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 23, n. 2, p. 35-72, 2010. Disponível em: <<https://revistas.rcaap.pt/rpe/article/view/13986>>. Acesso em: 27 fev. 2023.

- CAMPOS, Francisco. A eugenia e a reforma do ensino. **Boletim de Eugénia**. Rio de Janeiro, ano 3, n. 28, p. 4-5, abril. 1931.
- CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2001, p. 291-309.
- CALDAS, Mirandolino. A Euphrenia – Sciencia da boa cerebração. **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, ano 5, n. 2, p. 29-40, out./dez. 1932.
- CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: a história entre certezas e inquietude. Porto Alegre: UFRGS, 2002.
- CORREIA, António Mendes. A situação dos médicos legistas e os progressos da antropologia criminal. **Porto Médico**, n. 2, p. 46-53, 1912.
- CORREIA, António Mendes. A criminalidade precoce. **A Tutoria**, n. 11, p. 179-181, 1913.
- CORREIA, António Mendes. **Crianças delinquentes**: subsídios para o estudo da criminalidade em Portugal. Coimbra: Typ. França Amado, 1915a.
- CORREIA, António Mendes. A criança delinquente. **A Tutoria**, n. 3, p. 3-5, 1915b.
- CORREIA, António Mendes. Antropologia criminal integral: o normal delinquente e a crise moral. Separata do **Boletim do Instituto de Criminologia**. Lisboa: Oficinas Gráficas da Cadeia Nacional, v. 1-25, 1925.
- CORREIA, António Mendes. **A Nova Antropologia Criminal**. Porto: Imprensa Portuguesa, 1931.
- CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Sua alma em sua palma: identificando a “raça” e inventando a nação. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, p. 257-288, 1999.
- DANTAS, Júlio. A proposito de eugénia: degenerados. **Boletim de Eugénia**. Rio de Janeiro, ano 2, n. 18, p. 5-6, jun. 1930.
- DECROLY, Jean-Ovide. A selecção dos bem-dotados. **Boletim de Eugénia**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 10, p. 1-2, out. 1929.
- DIÁRIO das Sessões da Assembleia Nacional: IV Legislatura [1945–49]; V Legislatura (1949–53). Disponível em: <<http://debates.parlamento.pt>>. Acesso em: 28 fev. 2023.
- DOMINGUES, Octavio. Apesar do progresso humano... **Boletim de Eugénia**. Rio de Janeiro, ano 4, n. 38, p. 21, abril/jun. 1932.
- DOMINGUES, Octavio. Os programmas de ensino e a genética. **Boletim de Eugénia**. Rio de Janeiro, ano 2, n. 13, p. 2-3, jan. 1930.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2002.



GIESBRECHT, Daniel Florence. Arthur Ramos: pioneirismo e militância antirracismo no Brasil (1926-1949). **Trabalhos de Antropologia e Etnologia**, n. 62, 2022.

GUEDES, Ana Isabel Marques. **Os Colégios dos Meninos Órfãos (séc. XVII-XIX)**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006.

HOCHMAN, Gilberto; FONSECA, Cristina Maria Oliveira. O que há de novo? Políticas de saúde pública e previdência, 1937-45. In: PANDOLFI, Dulce. (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, p. 73-93, 1999.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Evolução e perspectivas da mortalidade infantil no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1999.

KEHL, Renato Ferraz. Pelo aperfeiçoamento da nacionalidade. **Boletim de Eugénia**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 5, p. 1, maio. 1929.

KEHL, Renato Ferraz. Registro individual obrigatorio e registro genealógico de família. **Boletim de Eugénia**. Rio de Janeiro, ano 4, n. 38, p. 22-24, abril/jun. 1932a.

KEHL, Renato Ferraz. Considerações em torno da plethora humana. **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, ano 5, n. 2, p. 5-10, out./dez. 1932b.

LOPES, João Teixeira; CARMO, Daniela Sá. **A Tutoria do Porto**: estudo sobre a morte social temporária. Porto: Edições Afrontamento, 2001.

LOURENÇO FILHO. Entrevista do Dr. Lourenço Filho ao "O Globo" em 7-11-1932, **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, ano 5, n. 2, p. 89-91, out./dez. 1932.

MATOS, Patrícia Ferraz de. Aperfeiçoar a "raça", salvar a nação: eugenia, teorias nacionalistas e situação colonial em Portugal. **Trabalhos de Antropologia e Etnologia**, n. 50: 89-111, 2010a.

MATOS, Patrícia Ferraz de. **A História e os Mitos**: manifestações da ideologia colonial na construção do Portugal dos Pequenitos em Coimbra. In: 7º Congresso Ibérico de Estudos Africanos - 50 anos das independências africanas: desafios para a modernidade: actas [Em linha]. Lisboa: CEI, 2010. [Consult. ...], 2010b. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10071/2194>>. Acesso em: 28 fev. 2023.

MATOS, Patrícia Ferraz de. **Anthropology, Nationalism and Colonialism**: Mendes Correia and the Porto School of Anthropology. Oxford & New York: Berghahn Books, 2023.

MONARCHA, Carlos. Psicoclínicas e cuidados da infância. **Boletim - Academia Paulista de Psicologia**, v. 77, n. 2, p. 274-284, 2009. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/bapp/v29n2/v29n2a05.pdf>>. Acesso em: 05 ago. 2022.

MWEWA, Christian Muleka; MATOS, Patrícia Ferraz de. Formação para uma personalidade antirracista: porque o racismo não nasce com a criança. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, 17 (2), p. 1150-1168, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.21723/riaee.v17iesp.2.16987>>. Acesso em: 28 fev. 2023.

Os NOSSOS Avós. **Boletim de Eugenia**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 4, p. 4, abril. 1929.

PEREIRA, Ana Leonor. Eugenia em Portugal?. **Revista de História das Ideias**, n. 20, p. 531-600, 1999.

RECASENS, Sebastian. Eugenia e procreação. **Boletim de Eugenia**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 4, p. 1, abril. 1929.

RELATÓRIO da Câmara Municipal do Porto. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1938-42.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. Alfabetização, saneamento e regeneração nas iniciativas de difusão da escola primária em São Paulo. **Pro-Posições** [online]. v. 22, n. 2, p. 151-172, 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-73072011000200011>>. Acesso em: 28 fev. 2023.

SCHRAENEN, Willem. A eugenia como ciencia e como ideal social. **Boletim de Eugenia**. Rio de Janeiro, ano 2, n. 15, p. 1, mar. 1930.

SECÇÃO de Orthophrenia e Hygiene Mental do Departamento Municipal de Educação. **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, ano 7, n. 3, p. 253-254, jul./set. 1932.

SOUSA, Fernando de; RIBEIRO, Manuel Pires; ROCHA, Ricardo. **Antônio Augusto Esteves Mendes Correia**. In: Os Presidentes da Câmara Municipal do Porto (1822-2009), v. II, p. 479-485. Porto: CEPESE, 2009.

## NOTAS

### TÍTULO DA OBRA

#### MELHORAR A ESPÉCIE HUMANA DESDE A INFÂNCIA: EUGENIA E HIGIENE MENTAL NO BRASIL E EM PORTUGAL (PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX)

Improving the human species from childhood: eugenics and mental hygiene in Brazil and Portugal (first half of the 20th century)

#### **Maria Julieta Weber**

Doutora em Sociologia  
Professora Associada

Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Departamento de Educação  
Programa de Pós-Graduação em Educação  
Programa de Pós-Graduação em História  
Ponta Grossa, Brasil  
[mjbaweber@uepg.br](mailto:mjbaweber@uepg.br)  
<https://orcid.org/0000-0001-6172-8597>

#### **Patrícia Ferraz de Matos**

Doutora em Antropologia Social e Cultural  
Investigadora Auxiliar  
Universidade de Lisboa  
Instituto de Ciências Sociais  
Lisboa, Portugal

[patricia\\_matos@ics.ulisboa.pt](mailto:patricia_matos@ics.ulisboa.pt)  
<https://orcid.org/0000-0001-7322-3756>

## **ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA DO PRINCIPAL AUTOR**

Praça Santos Andrade, 01, Campus Central, Ponta Grossa – PR, CEP: 84010-330. Departamento de Educação. Universidade Estadual de Ponta Grossa, Paraná, Brasil.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradecimentos ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (Portugal) e à Universidade Estadual de Ponta Grossa (Brasil), pelas condições dadas para a realização do pós-doutoramento no período entre fevereiro de 2022 e janeiro de 2023, sob a supervisão da Doutora Patrícia Ferraz de Matos.

## **CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA**

**Concepção e elaboração do manuscrito:** Maria Julieta Weber, Patrícia Ferraz de Matos

**Coleta de dados:** Maria Julieta Weber, Patrícia Ferraz de Matos

**Análise de dados:** Maria Julieta Weber, Patrícia Ferraz de Matos

**Discussão dos resultados:** Maria Julieta Weber, Patrícia Ferraz de Matos

**Revisão e aprovação:** Maria Julieta Weber, Patrícia Ferraz de Matos

## **CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA**

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

## **FINANCIAMENTO**

Não se aplica.

## **CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM**

Não se aplica

## **APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA**

Não se aplica.

## **CONFLITO DE INTERESSES**

Não se aplica.

## **LICENÇA DE USO** – uso exclusivo da revista

Os autores cedem à **Zero-a-Seis** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](#) (CC BY) 4.0 International. Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

## **PUBLISHER** – uso exclusivo da revista

Universidade Federal de Santa Catarina. Núcleo de Estudos e Pesquisas da Educação na Pequena Infância - NUPEIN/CED/UFSC. Publicação no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

## **EDITORES** – uso exclusivo da revista

Márcia Buss-Simão.

## **HISTÓRICO** – uso exclusivo da revista

Recebido em: 02-03-2023 – Aprovado em: 06-04-2023